

ANAFISCO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS
DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

sinatresp
Sindicato dos Agentes Fiscais de
Rendas do Estado de São Paulo

SIMPLIFICA **JÁ!**

APOIO

ABRASF
Associação Brasileira das Secretarias
de Finanças das Capitais

FNP Frente
Nacional
de Prefeitos

CEBRASSE
Central Brasileira do Setor de Serviços

FECAM

**Consórcio
Intermunicipal
Grande ABC**

SESCON-SP

AESCON-SP

ASSEFIN-SP

ABAT
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOCACIA TRIBUTÁRIA

APMSP

UVB
UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL

FENALEGIS
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES
DOS LEGISLATIVOS E TRIBUNAIS DE CONTAS MUNICIPAIS

indepad
INSTITUTO NACIONAL
DE DEFESA EM
PROCESSO ADMINISTRATIVO

AAFITSP
ASSOCIAÇÃO E SINDICATO DOS AUDITORES-FISCAIS
TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SIMPLIFICAÇÃO

UNIFICAÇÃO



REDUÇÃO



COMPLEXIDADE TRIBUTÁRIA EM PLENA EXPANSÃO

A proliferação de normas

Impossível acompanhar a edição de **46** normas tributárias por dia. Cada norma tem em média **11,23** artigos.

Normas tributárias no Brasil desde a Constituição Federal (1988 a 2018)

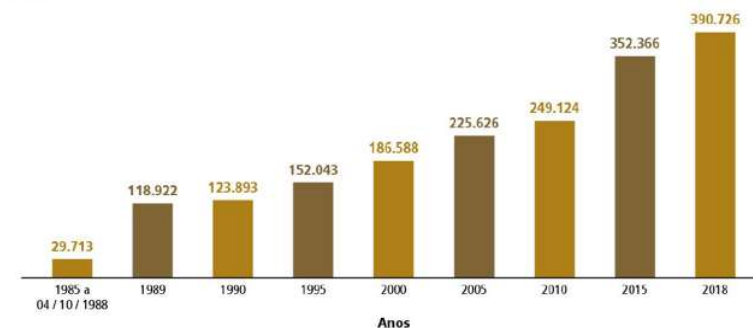
Normas*	Quantidade
Federais	31.937
Estaduais	123.620
Municipais	235.169
Total	390.726
Média por dia útil	46

Fonte: IBPT

* Normas correspondentes a Emendas Constitucionais, Leis Complementares e Ordinárias, Medidas Provisórias, Decretos Federais e Normas Complementares.

Entre **190** países o Brasil ocupa a posição **184** e caminhando rápido para a último lugar

Evolução da edição de normas no Brasil



Fonte: IBPT

*Richad Bird, afirmou que já tinha visto muitos problemas tributários em vários países do mundo, mas nunca todos esses problemas reunidos em um mesmo país.

* EX FMI responsável parte tributária

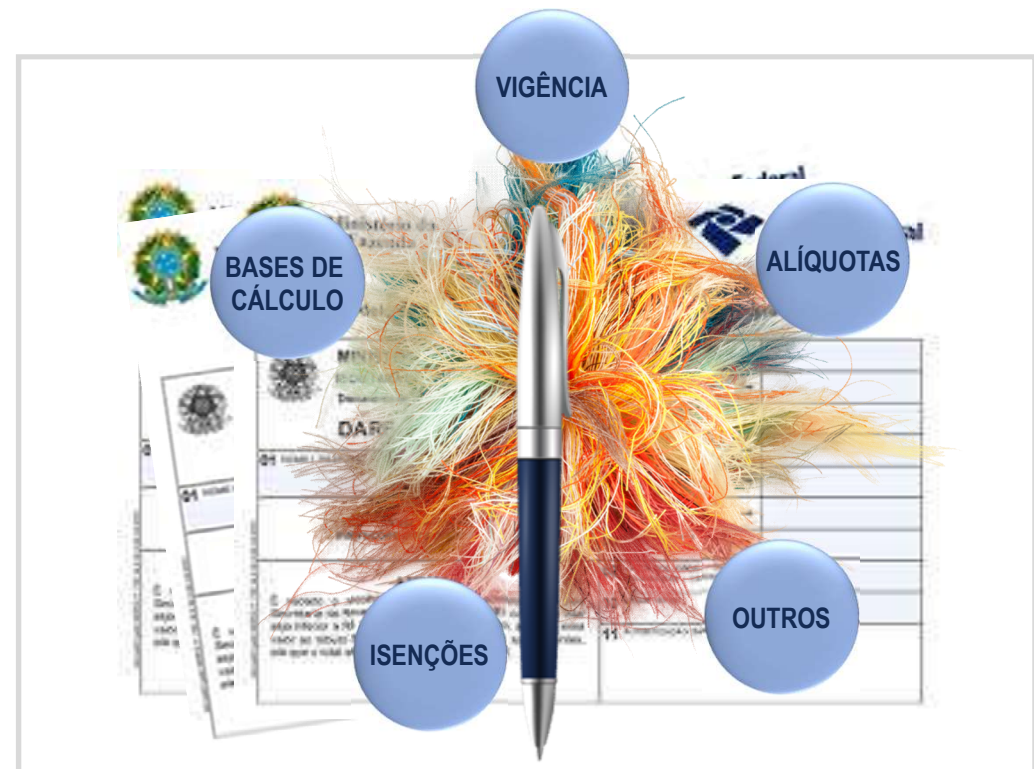
SISTEMA VIGENTE PERPETUA E AUMENTA A COMPLEXIDADE

SISTEMA VIGENTE PERPETUA E AUMENTA A COMPLEXIDADE

GUERRA FISCAL



Objetivos legítimos: compensar as diferenças regionais e incentivar setores da economia



FEDERAL

ESTADUAL

MUNICIPAL

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

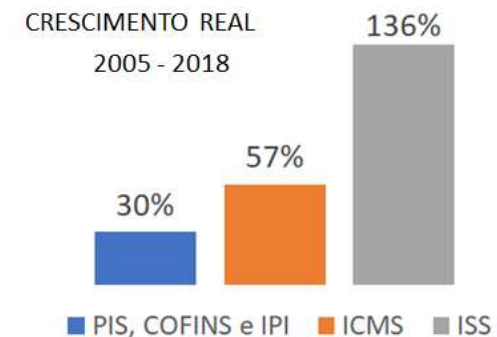
+ R\$ 4 trilhões



Fonte: Secretaria Especial da receita Federal; Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios; PGFN; e Poder Judiciário

IBS PROPOSTO

- A junção do ISS ao IBS representará significativa **perda de receita para todos os municípios (206 bi em 15 anos)**, considerando o maior dinamismo do setor de serviços.
- **80% das operações no ISS são b2b.** Isto está longe de ser um grande problema para indústria, pois a alíquota máxima do ISS é 5%. Mas será um grande problema no IBS que terá uma alíquota de cerca de 30%.
- Em razão do desequilíbrio federativo provocado pelo IBS, a União será convidada a patrocinar **fundos bilionários, que provocarão déficit orçamentário e/ou aumento de impostos federais.**



IBS PROPOSTO

**Alíquota única
aumenta a
regressividade**

- IMPOSTO



+ IMPOSTO

IBS PROPOSTO

TRANSIÇÃO COM SOBREPOSIÇÃO DE SISTEMAS



COMPLEXIDADE
CUSTOS
CONTENCIOSO
PREÇOS



COMPETIVIDADE
CRESCIMENTO ECONÔMICO
SEGURANÇA JURÍDICA
ARRECADAÇÃO



**HÁ UM CAMINHO BEM MAIS RACIONAL E HARMONIOSO
PARA ATINGIR COM SUCESSO ESTE OBJETIVO**



**PROPOSTA COM FOCO NA SIMPLIFICAÇÃO E
MELHORIA CONTÍNUA DO SISTEMA.**



DE



PARA

SISTEMA
SIMPLES E
RACIONAL



5 PILARES DO PROJETO

**EQUIDADE
HORIZONTAL**

**EQUIDADE
VERTICAL**

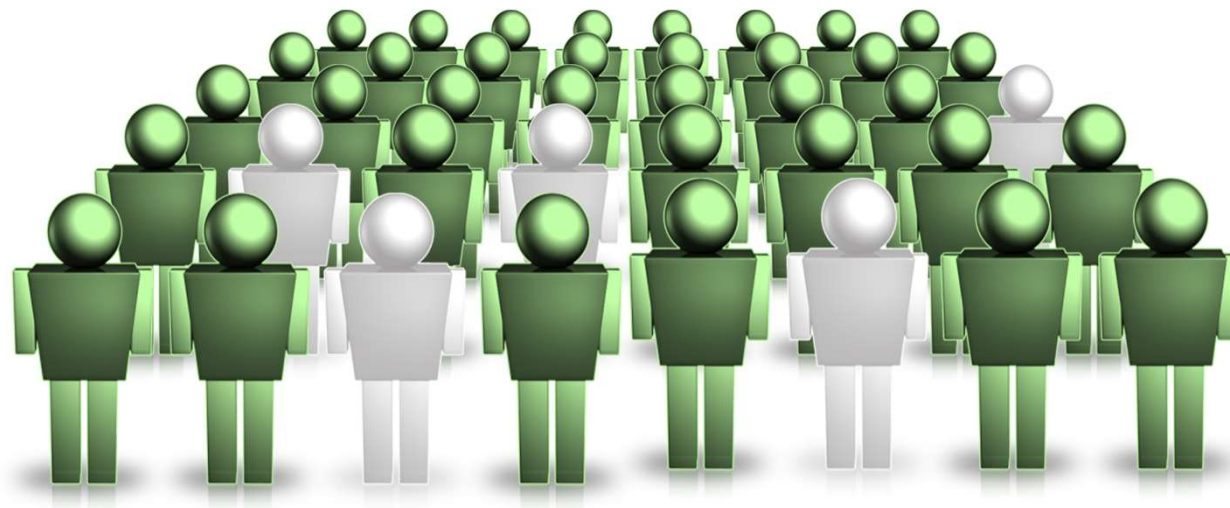
TRANSPARÊNCIA

LEGALIDADE

SIMPLICIDADE

EQUIDADE HORIZONTAL

QUANDO TODOS PAGAM, PAGA-SE MENOS.



Sistema atual é heterogêneo, isentando parcela substancial de participantes.

EQUIDADE VERTICAL

Tributar proporcionalmente mais quem ganha mais.



O sistema atual é altamente regressivo, tributando-se proporcionalmente mais quem ganha menos.

CESTA BÁSICA			
PRODUTOS R\$ 100	TRIBUTOS R\$ 30	SALÁRIO R\$ 5.000	0,6%
PRODUTOS R\$ 100	TRIBUTOS R\$ 30	SALÁRIO R\$ 50.000	0,06%

TRANSPARÊNCIA

ALÍQUOTA POR FORA

TRANSPARÊNCIA É INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL PARA CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO CONSUMIDOR. O CONSUMIDOR VAI ENXERGAR QUANTO ESTÁ PAGANDO.



Numa compra de R\$ 100, com alíquota de ICMS de **25%**, a alíquota efetiva é **33%**.

LEGALIDADE

- O COMITÊ GESTOR DO ICMS PASSA A TER PODER MERAMENTE REGULAMENTAR
- CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ILEGAIS SERÃO PROIBIDAS

O CONFAZ, por vezes, de forma inadequada, regula, por meio de convênio matérias reservadas à lei complementar, gerando contencioso.

Os Estados concedem benefícios fiscais descumprindo o regramento do CONFAZ (unanimidade), não havendo qualquer sanção a respeito, gerando guerra fiscal e complexidade no sistema.



SIMPLICIDADE



Uma única nota fiscal nacional de ISS e uma de ICMS com nova parametrização

Plataforma tecnológica automatiza

- apuração dos tributos
- distribuição da receita para Estados e Municípios



SISTEMA PRONTO!

NFS_e

Nota Fiscal de Serviço eletrônica



Ambiente de Dados Nacional



Emissor Público



Portal da NFS-e

NFS_e Nota Fiscal de Serviço eletrônica

Receita Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

5 PILARES DO PROJETO

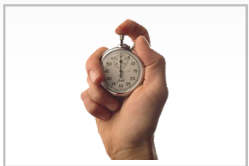
**EQUIDADE
HORIZONTAL**

**EQUIDADE
VERTICAL**

TRANSPARÊNCIA

LEGALIDADE

SIMPLICIDADE



**Redução de tempo e custos
para empresas e entes federados**

PROPOSTA MODULAR

1- ISS

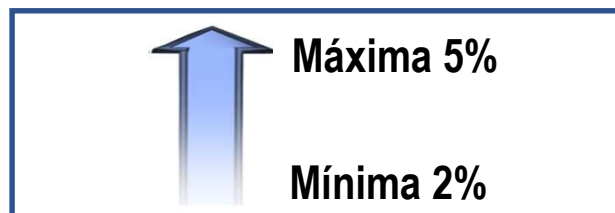
1 - ICMS

CBS
APRIMORADA

DESONERAÇÃO
DA FOLHA

Novo ISS

- Alíquota



Não precisa
juntar

- Intermunicipal - Preponderantemente no destino
- NFSe Nacional e Guia de Arrecadação Nacional Parametrizados

DISTRIBUIÇÃO MAIS JUSTA DA RECEITA PARA 5.570 MUNICÍPIOS!

ISS - Intermunicipal

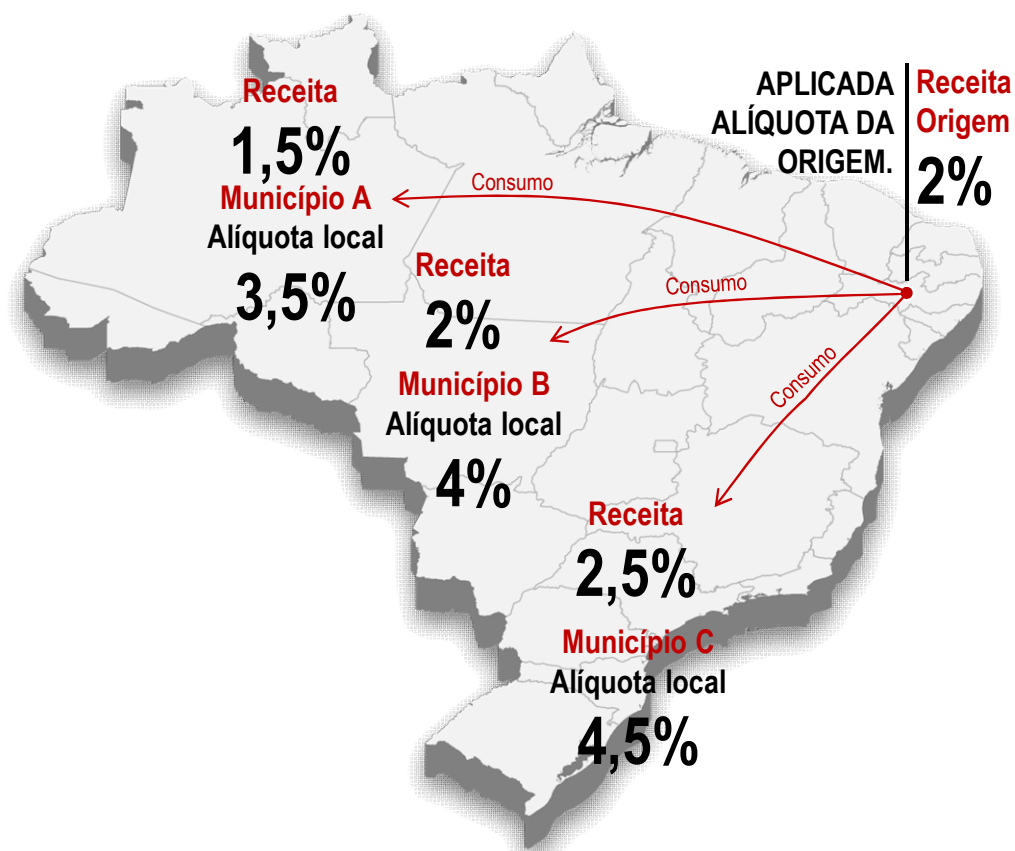
NAS OPERAÇÕES SERÁ APLICADA A ALÍQUOTA DO MUNICÍPIO DE DESTINO.

A ARRECADAÇÃO CORRESPONDENTE A 2% PERTENCERÁ AO MUNICÍPIO DE ORIGEM

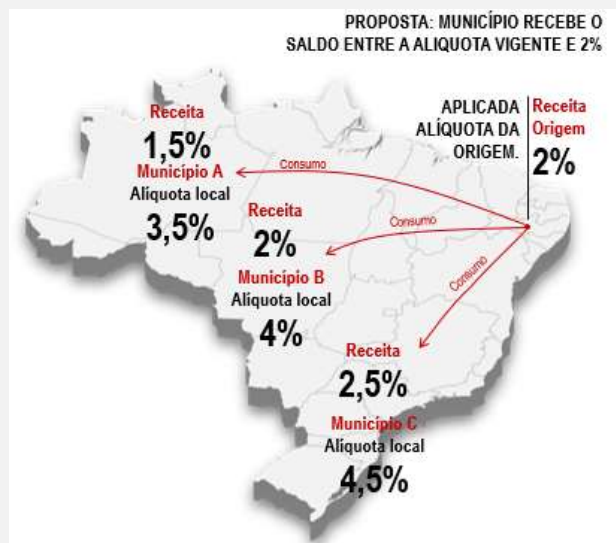
SISTEMA ATUAL – MUNICÍPIO DE DESTINO NÃO AUFERE RECEITA



PROPOSTA: MUNICÍPIO RECEBE O SALDO ENTRE A ALÍQUOTA VIGENTE E 2%



ISS - Intermunicipal



MUDANÇAS E IMPACTOS

A

Redução da guerra fiscal

B

Distribuição mais justa da receita

C

Maior Integração fiscal entre os Municípios

D

Padronização da legislação, levando à simplificação

Não precisa
juntar

Novo ISS

**A**

LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Lei complementar nacional
- Resolução Comitê Gestor

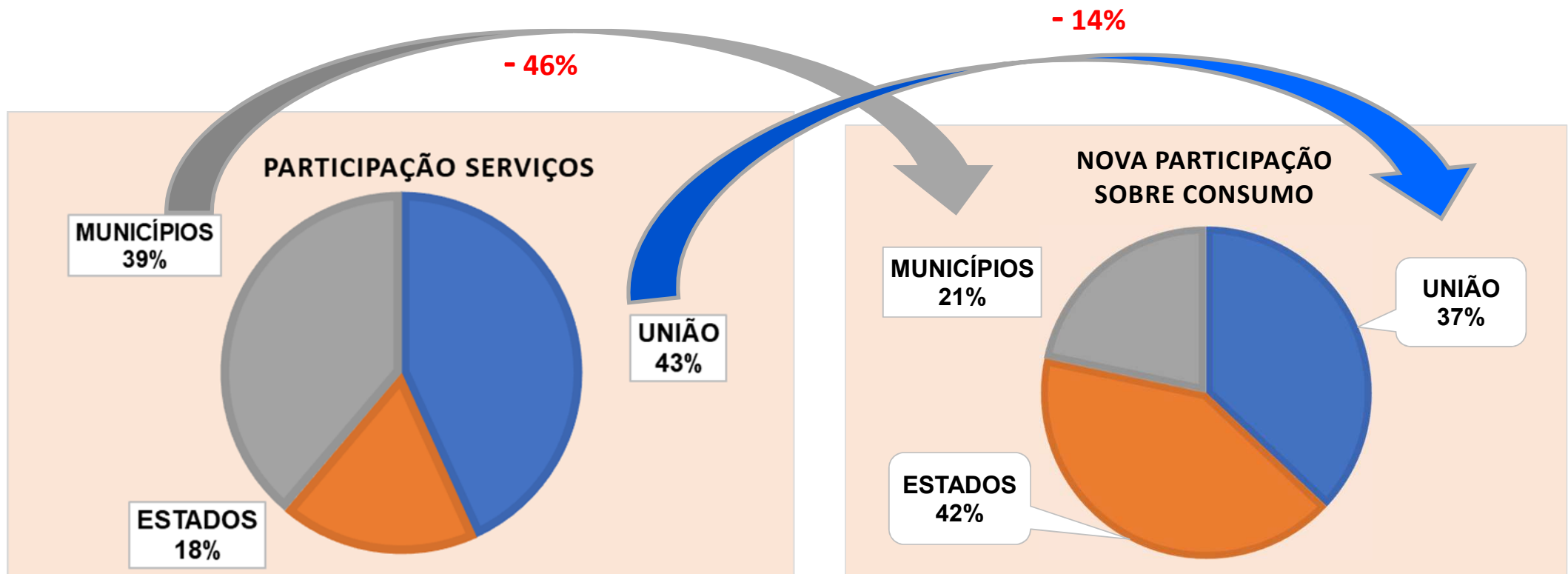
Não precisa
juntar

**B**

COMITÊ GESTOR NACIONAL

- Governança por representantes dos Municípios
- Corpo técnico por representantes das Administrações Tributárias municipais
- Poder meramente regulamentar
- Especificação e manutenção dos sistemas de gestão do Novo ISS
- Integração com as Administrações Tributárias e Procuradorias municipais
- Orçamento próprio

Números das Perdas (IBS)

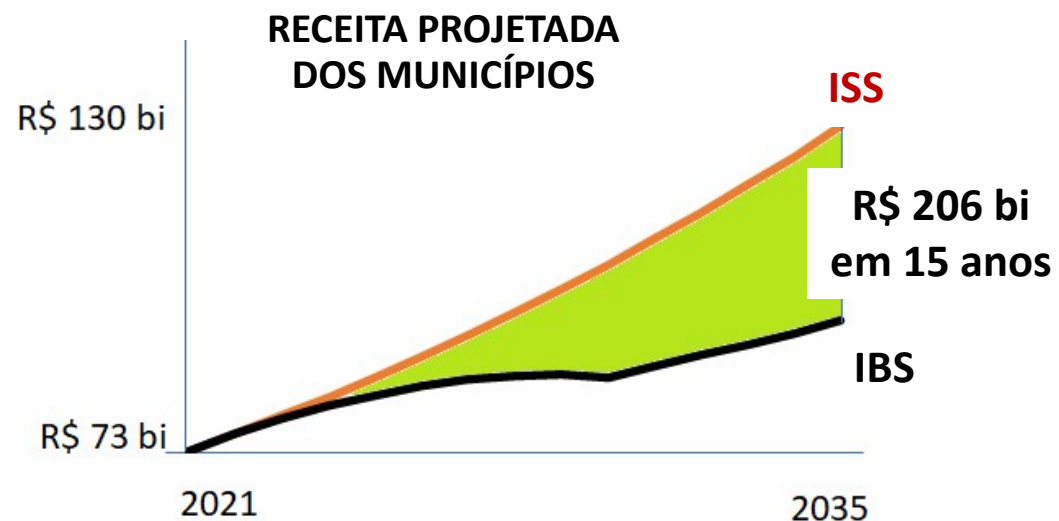
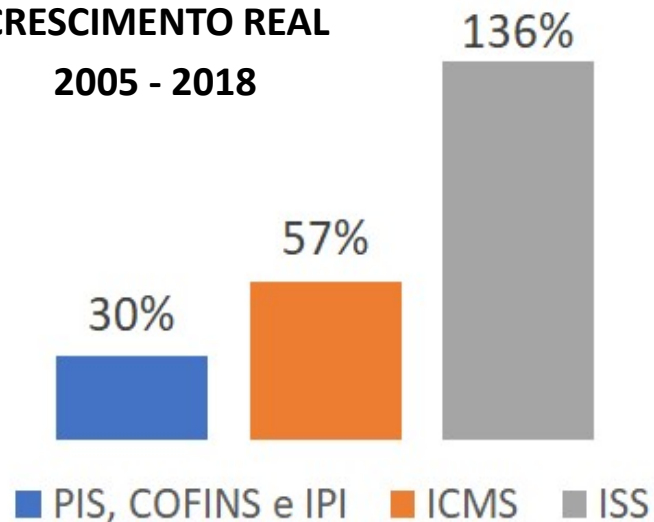


No IBS, o aumento da arrecadação dos serviços para os Estados é retirada da União, mas principalmente dos Municípios.

Perda de Receitas para os Municípios

MAIS AUTONOMIA FINANCEIRA
PARA OS PEQUENOS MUNICÍPIOS

CRESCIMENTO REAL
2005 - 2018



Aumento de Despesas para os Municípios

- **Compras governamentais ficarão mais caras**
 - Total dos Municípios brasileiros: ⁽¹⁾
 - hoje contrata => R\$ 195,4 bi em bens e serviços / ano
 - Com a PEC 45/2019 (se alíquota = 25%):
 - aumento médio da sua despesa anual => 14,86%
 - aumento em 10 anos => até R\$ 121,3 bi

(1) Fonte: Nota técnica Conjunta ABRASF/SEMFAZ/Aracaju 001/2019

Aumento de Despesas para os Municípios

- Bernard Appy – “serviços são mais consumidos pelos mais ricos”.
- Mas:
- 1º) **Compras governamentais** ficarão **mais caras**
- 2º) Renda da **classe média** pressionada. Muitos **deixarão de consumir serviços privados:**



Redução do emprego dos
trabalhadores do setor de
serviços

Aumento na demanda por **serviços
públicos** (saúde, educação e segurança)



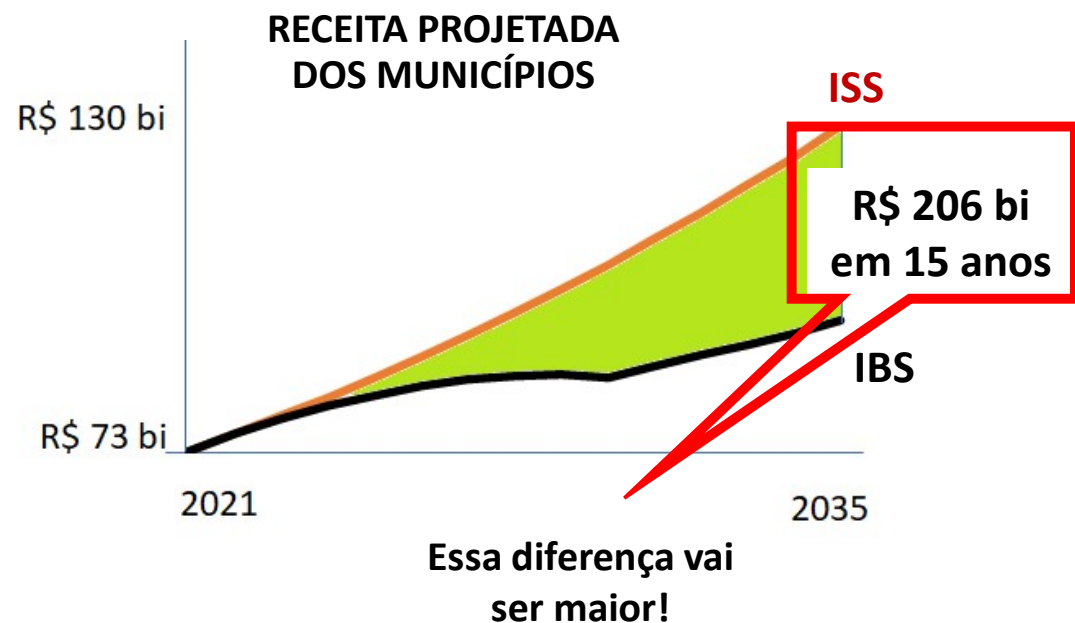
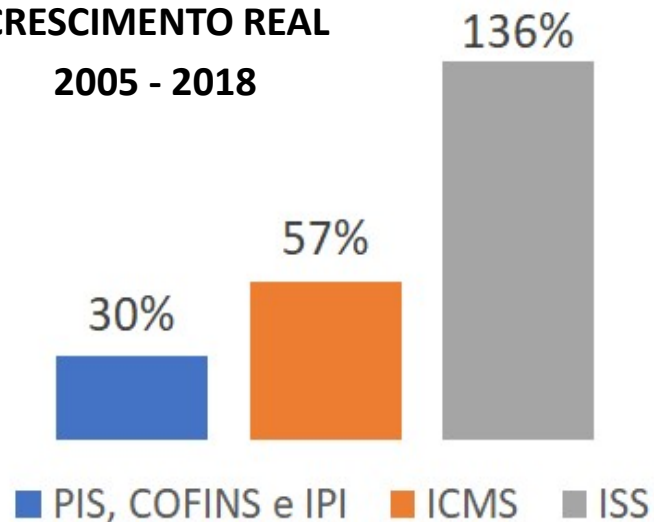
Sobrecarregando o orçamento
dos entes públicos

- **80% do ISS e da PIS COFINS cumulativa vêm de operações B2B (=100bi num total de 125bi):**
 - **Vai virar crédito** no IBS não cumulativo, e não arrecadação
 - **Demandará aumento da alíquota total do IBS. Superior a 30%, e não 25%** como prometido em apresentações de PowerPoint
 - **Se reduzir** alíquota de setores como **serviço e agronegócio**:
 - => terá que **aumentar** a alíquota da **indústria e comércio** mais ainda
 - **Se não reduzir** alíquota do setor de serviços:
 - => aumento de carga tributária no setor => **aumento de 14,86% nos gastos governamentais (R\$ 29bi/ano)**
 - **Estados não vão aumentar a sua base**, e Municípios serão prejudicados
 - Defensores da PEC 45 **não conseguirão entregar** aos Municípios **alíquota municipal progressiva** no IBS ou **fundos** que compensem sua perda do ISS

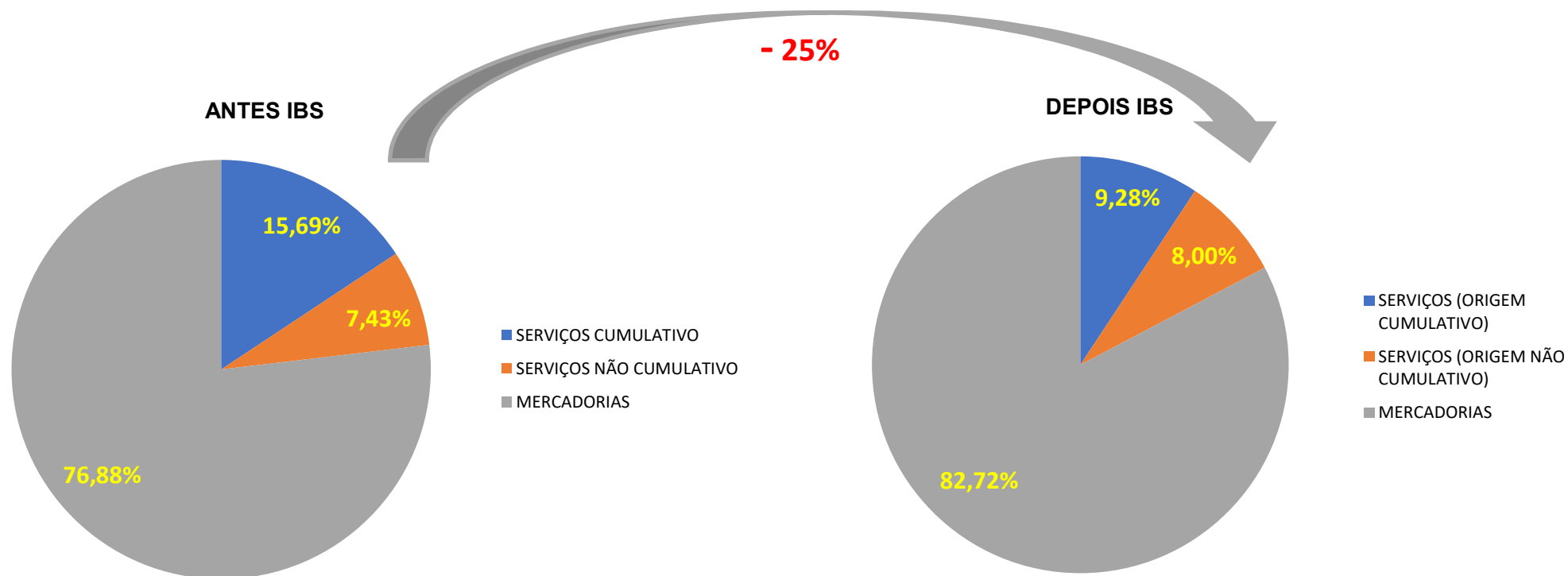
Perda de Receitas para os Municípios

MAIS AUTONOMIA FINANCEIRA
PARA OS PEQUENOS MUNICÍPIOS

CRESCIMENTO REAL
2005 - 2018



Redução dos serviços na participação na arrecadação como um todo – Taxa de crescimento da arrecadação será menor que a esperada



PIS/COFINS

Como acabar com PIS/Cofins?

Extinguir todos os tipos e criar tributo mais moderno

ALÍQUOTA POR FORA

NÃO CUMULATIVO 12%

CUMULATIVO 4%
(OPCIONAL)



PIS/Pasep
sobre folha



PIS/Pasep
sobre importação



PIS/Pasep
sobre receitas



Cofins
sobre importação



Cofins
sobre receitas



Contribuição sobre a
Receita decorrente de
Operações com Bens e
Serviços



Novo ICMS

FOCO NA SIMPLIFICAÇÃO



DE

PARA

SISTEMA
SIMPLES E
RACIONAL

Não precisa
juntar

- Implantar comitê gestor
- Uniformizar e padronizar a legislação
- Implantar nota fiscal parametrizada
- Transferir a tributação para o destino

- Apuração elaborada pelo fisco
- Distribuição automática da receita para os entes

ICMS Operações Internas

MÁXIMO **5 ALÍQUOTAS** PADRÃO

- Resoluções Senado
- Estudos técnicos do comitê gestor do ICMS

LEI ESTADUAL INSTITUI AS ALÍQUOTAS AOS PRODUTOS

- Sistema harmonizado internacional (SH).
- Código de barras (**GTIN**).

Não precisa
juntar

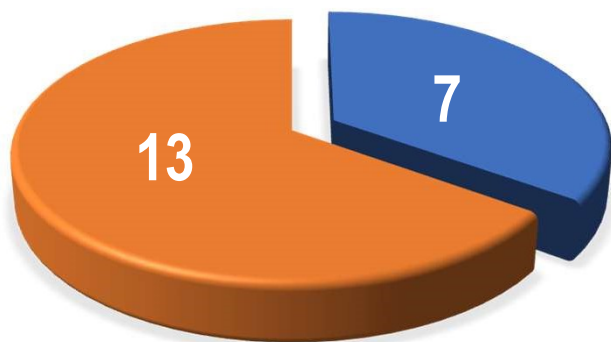
ICMS Interestadual

PREÇO DA MERCADORIA R\$ 100 | ALÍQUOTA DE DESTINO 20%

MOMENTO INICIAL

- Alíquota interestadual: 7%

ARRECADAÇÃO R\$

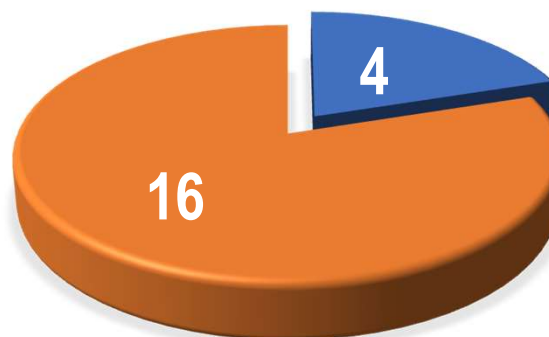


■ ORIGEM ■ DESTINO

MOMENTO INTERMEDIÁRIO

- Alíquota interestadual 4%

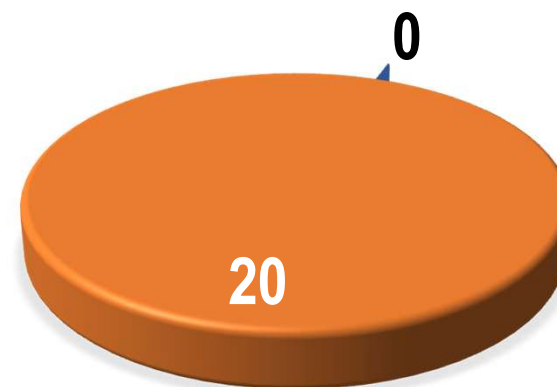
ARRECADAÇÃO R\$



TÉRMINO DA TRANSIÇÃO

- Alíquota interestadual 0%

ARRECADAÇÃO R\$



Redução da alíquota interestadual pelo Senado transfere a arrecadação ao Estado de destino (com base em estudos técnicos do comitê gestor)

Não precisa juntar

ICMS

REGRESSIVIDADE

- Alíquota reduzida para **produtos essenciais** conforme a lei Estadual
- Subvenção para **famílias de baixa renda**

ZONA FRANCA DE MANAUS

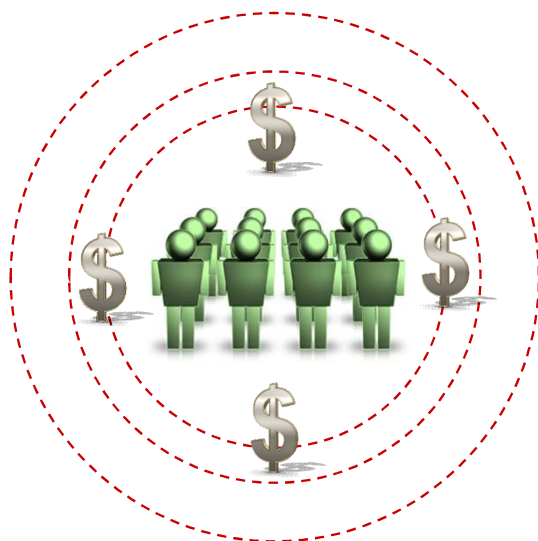
- Manutenção da ZFM

SIMPLIFICA JÁ!

Não precisa
juntar



DESONERAÇÃO DA FOLHA



- **Alíquota da CPP tanto menor:**
 - Quanto maior for a massa salarial da empresa
 - Quanto maior o número de empregados
- **Marketplace contribuindo para o sistema da seguridade**



Melhoria contínua



**Conselho Nacional
de
Contribuintes**



**Comitê Gestor
do
ICMS**



**Comitê Gestor
do
ISS**

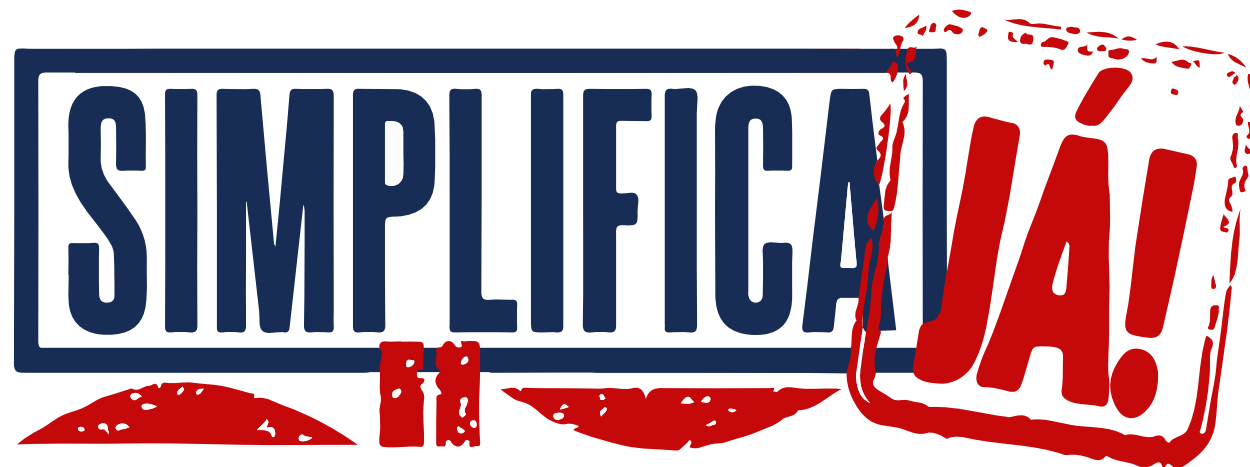


**Câmara de
Conciliação
Federativa**



- Transparência
- Legalidade
- Simplicidade

NOSSO SÍMBOLO: CADA PARTE TEM SEU SIGNIFICADO



VISÃO



SIMPLIFICAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA DO SISTEMA

